

Memória discursiva em Foucault e acontecimento jornalístico

Maria Betânia do Socorro Moura

Universidade Federal de Minas Gerais

A partir de Michel Foucault, este ensaio pretende cotejar relações possíveis entre *memória discursiva* e a construção do *acontecimento jornalístico*. Noções como *enunciado*, *interdiscurso* e *formação discursiva* serão revisadas a fim de propor correlações entre “memória como processo narrativo” e “discurso jornalístico”. O cotejamento será empreendido sobretudo a partir d’*A arqueologia do saber*.

Pensar o universo de constituição do acontecimento jornalístico pelo viés da memória como processo narrativo justifica-se pelo fato de que lançamos sobre o jornalismo um olhar que busca compreender não só o que está manifesto nesse campo de saber, mas, especialmente, procura identificar marcas discursivas que dizem respeito a suas estratégias de produção e de validação. Além disso, procura dar a ver possíveis correlações de seus enunciados com os outros enunciados do interdiscurso, assim como apreender o encadeamento narrativo do jornal “como horizonte para a busca das unidades que aí se formam” (FOUCAULT, 2002:30).

Para Foucault, um *enunciado* – termo polissêmico em ciências da linguagem – “é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteira-

mente” (2002:32). De um lado, “está ligado a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si uma existência remanescente no campo de uma memória” (*Ibidem*). Embora seja único, como todo acontecimento, o enunciado está aberto à repetição, à transformação, à reativação. Isso porque ele está ligado não apenas a situações que o provocam e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem (*Ibidem*).

Para nós, é crucial a noção de *interdiscurso*, tomado como a relação de um discurso com outros. Ou seja, os discursos são gerados por meio do confronto, da interação, que estabelecem entre si. É essa a acepção de Eni P. Orlandi, para quem “o interdiscurso é o conjunto do dizível, histórica e lingüisticamente definido” (1992:89). Assim, o enunciável (o dizível) no jornalismo está ancorado num já-dito e, como tal, ocorre num espaço de exterioridade em relação à língua e ao sujeito. Para Foucault, todo enunciado se apresenta como série de formulações distintas e dispersas que forma em seu conjunto o domínio da memória discursiva (2002:36-7).

O acontecimento jornalístico, acontecimento discursivo, não se dá no tempo do enunciador, mas numa temporalidade em que o passado é o memorável tecido pelo próprio acontecimento, que tem também o futuro como uma latência. O acontecimento enunciativo atravessa enunciados de discursos¹ diferentes inclusive em um mesmo texto.² Desse modo, os objetos de significação e os efeitos de sentido são da ordem do interdiscurso, uma vez que um acontecimento é interpretável e pode ser significado por diferentes discursos. Os “efeitos de sentido” correspondem à infinita variedade de valores de que se podem revestir os enunciados noticiosos, em função dos contextos em que eles se inscrevem, como propõe Guillaume (*apud* CHARAUDEAU & MAINGUE-NEAU, 2004:179).

A unidade de sentido da enunciação jornalística é um efeito de sentido articulado às posições do enunciador relativamente ao acontecimento enunciativo. Foucault chama isso de dispersão do sujeito. Contudo, ao fazê-lo, esclarece que a instância do acontecimento enunciativo não está “relacionada com operadores que sejam puramente psicológicos”, como, por exemplo, a intenção

¹ Neste trabalho, utilizamos “discurso” na mesma acepção de Foucault, em *A arqueologia do Saber*, um conjunto de enunciados que se apóia em uma mesma formação discursiva (discursos clínico, psiquiátrico, jurídico) (Cf. FOUCAULT, 2002:124).

² Esse termo é utilizado, neste trabalho, no sentido que propõe Ingedore Villaça Koch: um *texto* se constitui enquanto tal no momento em que os parceiros de uma atividade comunicativa global, diante de uma manifestação lingüística, pela atuação conjunta de uma complexa rede de fatores de ordem situacional, cognitiva, sociocultural e interacional, são capazes de construir, para ela [manifestação lingüística] determinado sentido (KOCH, 2003:30).

do narrador (FOUCAULT, 2002:32). Mas, o que está em questão são os “jogos de relações”, ou seja, relações exteriores ao discurso que “determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou quais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los etc.” (FOUCAULT, 2002:52).

O funcionamento do acontecimento jornalístico, como outros tipos de acontecimentos discursivos, é também constituído por dispersão. Nas matérias do jornal, a dispersão do sujeito-enunciador ocorre porque elas próprias, investidas de interdiscursividade, entendida como memória, são em si dispersão de discursos diversos, de fragmentos interdiscursivos demarcadores das posições do enunciador jornalístico.

Essa relação de interdiscursividade mobiliza, inescapavelmente, a relação entre textos diferentes, ocasião em que se pode falar em intertextualidade. Tal relação é a que nos indica o lugar sócio-histórico da enunciação. Ou seja, a enunciação de um texto se relaciona com a enunciação de outros textos efetivamente realizados, alterando-os, repetindo-os, omitindo-os, interpretando-os. Assim, a identificação do encadeamento enunciativo, ou dos “jogos de relações”, favorece a recuperação das estratégias discursivas, ou mesmo da racionalidade configuradora da produção do conhecimento jornalístico. Racionalidade essa que resulta de processos institucionais, marcados por usos estratégicos dos saberes sociais.

Nessa perspectiva, o acontecimento jornalístico, como ocorrência sociolinguageira, emerge a partir de um conjunto de circunstâncias discursivas, “jogos de relações”, dentro de um espaço comunicacional de complexidade própria, em que estão imbricadas as

dimensões: situacional e lingüística do discurso, onde vários sujeitos – incluindo aí o jornalista – são referências para o enunciador jornal. São essas circunstâncias discursivas que, por extrapolarem o plano da textualidade jornalística, produzem o “algo mais dos discursos”. Segundo Foucault, “é esse *mais* que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever” (2002:56).

Nesse sentido, Foucault afirma que a descrição de acontecimentos do discurso coloca a pergunta: como surgiu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar? Segundo ele, trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência; mostrar quais outras formas de enunciação exclui; por que não poderia ser outro; como exclui qualquer outro; como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar. Para Foucault, a “questão pertinente é: que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte?” (2002:31).

Convém tentar expor aqui o que Foucault tem em mente quando utiliza o termo *enunciado*. Tentaremos, porque essa não é uma tarefa fácil, talvez pela própria dificuldade de apreender conceitualmente a noção de *enunciado* nesse autor. O enunciado não é uma unidade do mesmo gênero da *frase*, *proposição* ou *ato de fala*;³ não se apóia nos mesmos critérios (FOUCAULT, 2002:98). Numa gra-

³ A *Teoria dos Atos de Fala* surgiu no interior da Filosofia da Linguagem, e posteriormente foi apropriada pela Lingüística Pragmática. O estudioso pioneiro foi Austin, seguido por Searle, Strawson e outros. Tomando a linguagem como forma de ação (“todo dizer é um fazer”), tais estudiosos se ocuparam em analisar os diversos tipos de ação humana que se realizam através da linguagem (Cf. KOCH, 2003:17).

mática, uma série de palavras, dispostas em coluna, *amo*, *amas*, *ama*, não correspondem a uma *frase*, mas ao enunciado das diferentes flexões pessoais do verbo *amar*. Foucault aponta outros exemplos menos ambíguos de enunciados, que não são frases: um quadro classificatório de espécies botânicas, uma árvore genealógica, um livro contábil, um balanço comercial, uma equação de enésimo grau, um gráfico, uma curva de crescimento, uma pirâmide de idades (2002:93).

Também “não é condição necessária e suficiente para que haja enunciado a presença de uma estrutura proposicional definida, e (...) [nem se pode] falar de enunciado todas as vezes que houver uma *proposição* e apenas nesse caso”, explica Foucault (2002:91). Ele mostra que as construções “Ninguém ouviu” e “é verdade que ninguém ouviu” são indiscerníveis do ponto de vista lógico e não podem ser consideradas como duas proposições diferentes. Já como enunciados, essas duas formulações não são equivalentes nem intercambiáveis. Não se podem encontrar em um mesmo lugar no plano do discurso. Têm a mesma estrutura proposicional, mas de caracteres enunciativos diferentes (FOUCAULT, 2002:91).

Ainda que haja semelhança entre *atos de fala* (dimensão ilocucional) e enunciado, ela não resiste à crítica, mesmo sendo mais verossímil que as duas possibilidades já discutidas: *enunciado-frase* e *enunciado-proposição*. Para Foucault, seria possível dizer que existe enunciado sempre que se possa reconhecer e isolar um ato de fala em sua emergência: promessa, ordem, decreto, contrato, compromisso, constatação.

Ele destaca que o ato ilocutório⁴ não é o que aconteceu antes do momento do enunciado (no pensamento do autor), mas o que se produziu no próprio fato de ter sido enunciado. Cada ato tomaria corpo em um enunciado e cada enunciado, internamente, por um desses atos de fala, numa relação de reciprocidade (FOUCAULT, 2002:94).

Contudo, de acordo com Foucault, semelhante paralelo não resiste à apreciação. É preciso, geralmente, de mais de um enunciado para realizar um ato de fala. Atos ilocutórios, como juramento, prece, contrato, promessa, demonstração, exigem, na maior parte das vezes, um certo número de fórmulas distintas ou frases separadas, em que seria difícil contestar o *status* de enunciado, já que são atravessadas pela mesma ação ilocucional. No caso de uma prece, por exemplo, o próprio ato de fala permanece único ao longo de uma série de enunciados (FOUCAULT, 2002:94).

De acordo com Foucault:

Em seu modo de ser singular (nem inteiramente lingüístico, nem exclusivamente material), [o enunciado] é indispensável para que se possa dizer se há ou não frase, proposição, ato de [fala], e para que se possa dizer se a frase está correta (ou aceitável, ou interpretável), se a proposição é legítima e bem constituída, se o ato [ilocutório] está de acordo com os requisitos e se foi inteiramente realizado (FOUCAULT, 2002:98).

Isso porque, para o autor, “o enunciado [...] é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos e a partir

⁴ O ato ilocutório, pelo simples fato de ser enunciado, realiza a ação que nomeia. Tem força de pergunta, de asserção, de ordem, de promessa, etc. (Cf. KOCH, 2003:18-9).

da qual se pode decidir, [...] pela análise ou pela intuição, se eles [os signos] ‘fazem sentido’ (FOUCAULT, 2002:98-9). Em outras palavras, aquilo a que se refere o enunciado – o que é posto em jogo por ele, não apenas o que é dito, mas aquilo de que fala, seu “tema” – é que permite dizer sobre o sentido da frase, da proposição ou do ato de fala (FOUCAULT, 2002:102). Nessas condições, a relação do enunciado com o que enuncia é anterior à relação da proposição com o referente, da frase com o seu sentido, ou mesmo dos atos de fala com os seus valores de verdade. Para concluir, Foucault afirma que

Se uma proposição, uma frase, um conjunto de signos podem ser considerados “enunciados”, não é porque houve um dia, alguém para proferi-los ou para depositar, em algum lugar, seu traço provisório; mas sim na medida em que pode ser assinalada a posição do sujeito. Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer); mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito (2003:109).

“O campo associado que faz de uma frase ou de uma série de signos uma enunciação e que lhes permite ter um contexto determinado, um conteúdo representativo específico, forma uma trama complexa”, afirma Foucault (2002:112). O jornalismo, cuja narrativa é tecida por diversos discursos-origem, é constituído por enunciados ligados a outros tantos conjuntos de formulações, a outros tantos enunciados, que são atualizados. Tais atualizações, dentro da estrutura narrativa das matérias do jornal, compartilham com o fato jornalístico (principal), gerador da notícia, o mesmo espaço enunciativo, onde se

desvelará o(s) novo(s) “enunciado(s)” – a notícia, geralmente marcada pela singularidade que a torna, de fato, enunciativa de algo.

É importante destacar que, no jornalismo, a identificação de enunciados, no sentido foucaultino, não ocorre na imediaticidade da relação entre o observador e a notícia jornalística. Da ordem do acontecimento, a notícia, constituída de múltiplos discursos circulantes na sociedade, emerge como enunciado, ou enunciados, quando no entrecruzamento dos planos de expressão e de conteúdo, na materialização discursiva, ocorre a ocupação de um lugar de fala, ou de um espaço discursivo que direciona o sentido rumo a um campo específico de significação, que se filia, por sua vez, a ordens de discursos já sedimentadas. Ou seja, para identificar o que se enuncia na notícia é preciso, antes, o reconhecimento, mesmo que inconscientemente, dos jogos de relações que ocorrem nesse campo de saber.

Gilles Deleuze, ao comentar a noção de enunciado em Foucault, afirma que existem três círculos de espaço em torno do enunciado: 1) espaço colateral, formado por outros enunciados; 2) espaço correlativo, que diz da relação do enunciado com seus sujeitos, objetos e conceitos; 3) espaço extrínseco, que reúne as formações não-discursivas (“instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos”) (DELEUZE, 1988: 13-24).

Embora sejam possíveis diversas formas de *enquadramento*⁵ do acontecimento jorna-

⁵ Erving Goffman (1974) define *enquadramento* como os princípios de organização que governam os acontecimentos, pelo menos os sociais, e nosso envolvimento neles. E destaca que os *enquadramentos* “organizam um fragmento ou um corte arbitrário feito no

lístico, que nos possibilitam falar em diferentes níveis de carga enunciativa na notícia, a seleção de um *enquadramento* específico, embora não represente negação da existência do sujeito-narrador jornalístico, revela “um mundo em que o sujeito já foi, ou está sendo, submerso pelo discurso” (ROUAINET, 1996: 13). De fato, todas as etapas da produção da notícia (da seleção à textualização final) estão vinculadas a um princípio complexo de organização⁶, e o discurso que ali se constitui revela-se, dialeticamente, “soberano e prisioneiro” (*Ibidem*). Esse espaço discursivo, constituído intertextualmente, e, por sua vez, interdiscursivamente, diz respeito “àquilo ao qual o homem cede, que o conduz em sua superfície translúcida, que age e pensa por ele, que dita os enunciados necessários e autoriza os enunciados possíveis” (*Ibidem*). Não se trata, contudo, de encontrar uma origem ou sujeitos que sejam responsabilizados por enunciados, mas sim de atingir a “inscrição do que é dito enquanto positividade do *dictum*, o enunciado” (DELEUZE, 1988: 26), o qual se inscreve em uma *formação discursiva*, segundo a função que exerce num conjunto, por exemplo, as regras que regem os procedimentos adotados em relação à fome no Brasil, ou mesmo no mundo.

fluxo da atividade em curso” do mundo cotidiano ou de quaisquer outras realidades (Cf. MOURA, 2006: 51-7).

⁶ Em grande parte, esse princípio complexo poderia ser apreendido e descrito a partir do conceito de *teia de faticidade*, conforme o definiu Gaye Tuchman: “a credibilidade da notícia são garantidas e permanentemente construídas à medida que se sustentam e fatos e fontes. Eles constituem uma *teia de faticidade* [na qual] um fato justifica o todo (o relato é fático) e o todo (todos os fatos) valida este fato (um referente particular). (Cf. TUCHMAN, 1978: 86).

Assim, o discurso enunciado pelo jornal não é a projeção direta da posição discursiva do jornal, mas é delineado “em um campo enunciativo onde tem lugar e *status*, que lhe apresenta relações possíveis com o passado e lhe abre um futuro eventual” (FOUCAULT, 2002:113). Com outras palavras, no jornalismo, não há enunciado em geral, totalmente aberto, indiferente e independente, mas sempre enunciados tomando parte numa série ou conjunto, desempenhando um papel junto a outros, neles apoiando-se e deles distinguindo-se, de modo a não perder suas especificidades, garantidas pela adoção dos *critérios de noticiabilidade*: atualidade, novidade (singularidade), interesse, proximidade etc.

Depois dessa explanação sobre o enunciado, na perspectiva de Foucault, acionamos a noção de formação discursiva, proposta por ele para abordar o entrecruzamento de enunciados no discurso.

Para compreender a noção de *formação discursiva*, tomada como grupo de relações entre enunciados, Foucault apresenta quatro hipóteses: 1^a) os enunciados, diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formam um conjunto quando se referem a um único e mesmo objeto; 2^a) para definir um grupo de relações entre enunciados deve-se levar em conta sua forma e seu tipo de encadeamento; 3^a) não se poderia estabelecer grupos de enunciados determinando-lhes o sistema de conceitos permanentes e coerentes que aí se encontram em jogo? 4^a) a identidade e a persistência dos temas podem relacionar os enunciados de uma mesma formação discursiva (FOUCAULT, 2002:35-43).

Sobre as hipóteses apresentadas, Foucault, em relação à primeira, aponta “séries lacunares e emaranhadas, jogos de diferenças,

de desvios, de substituições, de transformações” (2002:42). Em relação à segunda, esse autor mostra a existência de formulações de níveis muito diferentes e de funções demasiado heterogêneas para poderem ligar-se e compor-se em uma figura única e para simular uma espécie de grande texto ininterrupto (FOUCAULT, 2002:42).

Para a terceira hipótese, Foucault indica a presença de conceitos que diferem em estrutura e regras de utilização, que se ignoram ou excluem-se uns aos outros e que não podem entrar na unidade de uma arquitetura lógica. Sobre a quarta hipótese, demonstra que ao invés de identidade e persistência temática, encontram-se possibilidades estratégicas diversas que permitem a ativação de temas incompatíveis, ou ainda a introdução de um mesmo tema em conjuntos diferentes (FOUCAULT, 2002:42-3).

De acordo com Foucault:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e conseqüências, inadequadas aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria” (...) (FOUCAULT, 2003:43).

Sobre a noção de formação discursiva, Orlandi lembra que embora seja ainda polêmica, ela é de suma importância para analisar discursos, pois permite compreender o processo de produção dos sentidos, bem

como a sua relação com uma determinada conjuntura sócio-histórica, que determina o que pode ser dito e o que deve ser dito. Segundo Orlandi, “as formações discursivas podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações” (2005:43).

Para Orlandi, os sentidos não estão assim predeterminados por propriedades da língua, mas, numa manobra mais complexa, dependem de relações constituídas nas/pelas formações discursivas. Não obstante, segundo a autora, é preciso não pensar as formações discursivas como blocos homogêneos funcionando automaticamente, dado que são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações (2005:44).

Essas relações que se estabelecem na esfera das configurações discursivas, de acordo com Foucault, dão forma a modelos enunciativos. Segundo ele, descrições, narrações, demarcação, interpretação e recorte de signos, raciocínios por analogia, dedução, estimativas estatísticas, verificações, e muitas outras formas de enunciados configuram discursos (discurso sobre a fome, num dado momento sócio-histórico, por exemplo). Para compreendê-los, sugere Foucault, é necessário identificar que encadeamento, que determinismo há entre uns e outros, encontrar a lei de todas essas enunciações e o lugar de onde vêm (2002:57).

Para isso, Foucault aponta três questões: 1^a) Quem fala? Qual o *status* – que compreende critérios de competência e de saber – dos indivíduos que têm o direito de proferir semelhante discurso? (2002:57); 2^a) É preciso descrever também os lugares institucionais de onde o enunciador obtém seu dis-

curso, e onde este encontra sua origem legítima e seu ponto de aplicação (2002:58); 3^a) As posições do sujeito se definem igualmente pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos – situações perceptivas às quais é preciso somar as posições que o sujeito pode ocupar na rede de informações (2002:59).

Na esteira de Foucault, podemos afirmar que, no campo jornalístico, a configuração discursiva, por meio do encadeamento de fragmentos narrativos oferecidos dia-a-dia nas páginas dos jornais, deve ser considerada como o relacionamento no discurso jornalístico de um certo número de elementos distintos. Uns referem-se ao *status* dos jornalistas, outros ao lugar institucional e técnico de onde falam, outros a sua posição de sujeitos que percebem, observam, descrevem, interpretam etc. Pode-se dizer que esse relacionamento de elementos diversos na produção do discurso jornalístico instaura entre todos elementos um sistema de relações que não é, de fato, dado nem constituído *a priori*; e se tem uma unidade é porque emprega de forma constante esse feixe de relações (FOUCAULT, 2002:60). Nesse sentido, conforme Foucault,

as diversas modalidades de enunciação, em lugar de remeterem à síntese ou à função unificadora de um sujeito, manifestam sua dispersão: nos diversos *status*, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala. (...) O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do su-

jeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos (2002:63).

Segundo Foucault, “não é pelo recurso a um sujeito transcendental nem pelo recurso a uma subjetividade psicológica que se deve definir o regime das enunciações que determinam o regime dos objetos característicos de uma formação discursiva” (2002:62). No jornalismo, por exemplo, a cadeia enunciativa constituída por textos distintos constrói-se pela remissão e atualização de uma rede de “lugares” também distintos. Quase sempre, esses lugares têm relação com o que se convencionou chamar de “noticiabilidade” e com a “rede de notícias” (*news net*), expressão cunhada por Gaye Tuchman, para se referir à “rede informativa”. Essa rede impõe um enquadramento sobre os acontecimentos do mundo social por meio da cooperação de uma complexa burocracia associada a negociações sobre a construção da notícia (TUCHMAN, 1978). Nesse processo há o envolvimento indireto e direto de uma multiplicidade de atores sociais.

Em outras palavras, o jornalismo, que se dá num sistema hierárquico de produção, composto por uma pluralidade enunciativa, não se liga à síntese ou à função unificante de um sujeito-enunciador, chamado jornal, mas, numa operação mais complexa, manifesta sua dispersão nos diversos *status*, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso. Nesse sentido, é, também, na percepção de que é um discurso sobre, que remete sempre a um, ou melhor, a vários *discursos-origem*, que o jornalismo revela de modo relativamente explícito a descontinuidade dos

planos de onde fala ou sua marca de dispersão (FOUCAULT, 2002:61).

Para nossa proposta de trabalho, é importante lembrar que, como afirma Bethania Mariani, “a prática jornalística é heterogênea em seu processo de produção, mas resulta em uma enunciação homogeneizada quanto ao produto final” (1998:93). Segundo ela, em termos institucionais, a enunciação jornalística ocorre de acordo com a ordem do discurso a que está vinculada, consolidando determinados sentidos, “mas sempre assujeitada ao já-lá do discurso institucional e não apenas à forma-sujeito de uma formação discursiva” (MARIANI, 1998:93). Todavia, o indivíduo é só parcialmente assujeitado. Ressaltamos que a prática profissional permite aos jornalistas algum espaço de reflexão e de crítica, mesmo que nem sempre utilizado. Segundo Mariani, o processo de enunciação jornalístico, em sua dimensão institucional, está subordinado “ao conjunto de procedimentos internos e externos de seleção e exclusão que determinam as condições de possibilidade e circulação dos discursos, entendidos como práticas de significação”, conforme mostra Foucault⁷ (*apud* MARIANI, 1998:93).

No jornalismo, é possível dizer que tais procedimentos internos e externos também podem estar relacionados a outras situações próprias de seu sistema de produção. No nível *interno*, eles dizem respeito aos mecanismos técnicos de produção jornalística: organização profissional, modelo de textualização das matérias, estruturação gráfica do dispositivo jornal etc. E, no nível *externo*, tais procedimentos têm relação com a política institucional em conformação com o

⁷ *L'ordre du Discours* (1971).

momento sócio-histórico, com o jogo de relações entre as fontes interditas e as autorizadas pelo lugar social que ocupam relativamente ao discurso do jornal e aos demais discursos que circulam na sociedade.

Para Foucault, o que concerne a uma formação discursiva e o que possibilita a delimitação de suas relações conceituais, entre outras coisas, é o modo como o conjunto de enunciados, relacionados a um campo conceitual, está ligado às técnicas de reescrita, bem como “a maneira pela qual o campo de memória está ligado às formas de hierarquia e de subordinação que regem os enunciados de um texto” (FOUCAULT, 2002:66). Foucault sugere que, para compreender o entrecruzamento conceitual de uma formação discursiva, devemos nos recuar em relação ao jogo conceitual manifesto, e buscar determinar a quais esquemas de co-relação os enunciados podem estar ligados uns aos outros em um tipo de discurso. Para o autor, a compreensão da ordem discursiva a que se vinculam enunciados requer identificar como os elementos recorrentes de outros enunciados “são retomados no interior de novas estruturas lógicas, adquirindo novos conteúdos semânticos” (FOUCAULT, 2002:67).

Nessa perspectiva, o discurso jornalístico, a partir das ordens de discurso às quais se filia, participa do processo coletivo de construção de sentidos para os acontecimentos que ganham visibilidade nas páginas do jornal. É mais, a narratividade dos textos noticiosos, indispensável à transmissão das experiências sócio-históricas, por estar condicionada ao axioma da objetividade, contribui sobremaneira na construção dos efeitos de realidade no conhecimento jornalístico (MARIANI, 1998:104-5).

De acordo com Mariani, o jornalismo produz-se pelo entrelaçamento de narrativas e memória na construção/reconstrução/desconstrução da trama da história, dando vida a resíduos de sentidos não ditos, ou mesmo reatualizando vestígios das coisas-a-saber de discursos de uma época. Segundo a autora, no discurso jornalístico, as narrativas aparecem disciplinadas por uma linguagem pretensamente neutra, contudo, o que acontece é a “neutralização” das experiências sociais, conforme uma ótica pré-determinada, de modo que o que ocorre é “uma ortopedia semântica da linguagem” (MARIANI, 1998:105).

No entanto, para Foucault, os sistemas de formação de discursos, ou seja, os feixes complexos de relações que funcionam como regra, que prescrevem o que deve ser correlacionado a uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou qual objeto, para que empregue tal ou qual enunciação, para que utilize tal ou qual conceito, para que organize tal ou qual estratégia, não devem ser tomados como blocos de imobilidade, formas estáticas que se imporiam do exterior ao discurso e definiriam seu modo ser e suas possibilidades de existência (FOUCAULT, 2002:81).

Podemos dizer que, no jornalismo, os trajectos de sentidos tomam forma na cadeia narrativa que se efetiva diariamente nas páginas do jornal – tanto nas de *opinião* quanto nas que se pretendem *factuais* – em seus cadernos, suas editorias, que funcionam como unidades de sentido. A coerência de suas matérias tem relação direta com o uso estratégico dos saberes sociais. Para Maria Rosário Gregolin, na mídia,

efeito de coerência e unidade de sentido é construído por agenciamentos discursivos

dos enunciadores que controlam, delimitam, classificam, ordenam e distribuem os acontecimentos discursivos em dispersão e permitem que um texto possa [e, para Foucault,⁸] “estar em relação com um domínio de objetos, prescrever uma posição definida a qualquer sujeito possível, estar situado entre outras performances verbais, estar dotado enfim, de uma materialidade repetível” (GREGOLIN, 2003:97).

Ainda para Foucault, os sistemas de formação dos discursos não são coerções que teriam sua origem nos pensamentos dos homens, ou no jogo de suas representações; nem, tampouco, são determinações que, formadas ao nível das instituições ou das relações sociais ou da economia, viriam a transcrever-se, à força, na superfície dos discursos. Esses sistemas residem nas fronteiras do discurso, “nesse limite em que se definem as regras específicas que fazem com que o discurso venha à tona como tal” (FOUCAULT, 2002:81-2).

Por exemplo, o modo como o jornalismo “enquadra” a realidade social, em suas edições diárias, não diz respeito apenas às escolhas subjetivas do narrador, mas principalmente às restrições do sistema de produção, tomado como um ambiente marcado por práticas discursivas, profissionalmente balizadas, limitadas em seu dizer por interesses de ordem financeira ou por acordos tácitos de diversas ordens entre a empresa jornalística e a sociedade. Para que se possa adentrar no universo de produção de sentido, chamado jornalismo, é preciso lançar a seus elementos conformadores um olhar que busque identificar, não só as marcas estratégicas de constituição da aparência factual jornalística,

⁸ *Arqueologia do Saber* (1986).

mas também procure elucidar o que enuncia o jornal e a que ordens de discurso se ligam tais enunciados.

No início deste ensaio procuramos cotejar as relações possíveis entre *memória discursiva*, em Foucault (*Arqueologia do Saber*) e a construção do *acontecimento jornalístico*. Propusemos revisar as noções de enunciado, de interdiscurso e de formação discursiva. Durante a realização do trabalho, percebemos que algumas dessas noções ganharam peso diferente do esperado, dado que sua presença no estudo de Foucault mostra a importância de tais concepções para a compreensão de suas propostas, como é o caso da concepção de enunciado e de formação discursiva. Em razão disso, dedicamos boa parte do trabalho que ora é apresentado tentando explicitá-las. Em contrapartida, a noção de interdiscurso está bastante presente, mas de forma diluída, ao longo do texto.

Também é necessário dizer que embora a arqueologia de Foucault dê primazia à reflexão sobre a construção dos discursos das ciências, suas idéias, expostas no livro em questão, nos são bastante caras, uma vez que possibilitam, também, pensar o universo de produção do discurso jornalístico, contanto que não se perca de vista a origem do que propõe Foucault. E, tampouco, não se negligencie a densidade do pensamento desse filósofo, de modo a tomar como simples, ou ingenuamente dadas, as conclusões a respeito do que ele problematiza. Sabemos que este trabalho apenas inicia uma reflexão sobre a memória discursiva e a construção do acontecimento jornalístico, a partir, principalmente, de noções como enunciado e formação discursiva.

A partir de Foucault, entendemos que a análise dos enunciados e das formações dis-

curativas pode ser de grande valia para se pensar a produção jornalística. Isso porque buscar o memorável ou os entrelaçamentos com o já dito no jornalismo é reconstruir o que se enunciou, e que, por alguma razão, se conservou no tempo, dispersos no espaço. Sem retirar dos agentes jornalísticos sua parcela de responsabilidade pelo que o jornal enuncia, essa visada reconsidera o aspecto da dispersão característica desse tipo de discurso. Tal dispersão, no jornalismo acontece porque ao se constituírem pela prática da interdiscursividade, entendida como memória, as matérias do jornal se configuram como dispersão de discursos diversos, de fragmentos interdiscursivos demarcadores das posições do enunciador jornalístico.

Mas não é só pelo que está dito que é possível apreender tal dispersão. Com frequência, pelo que não se diz na exclusão de todos os outros ditos é possível construir um campo de sentido para o enunciado jornalístico. Contudo, a análise enunciativa, mais do que reconhecer o não dito, consiste em identificar no que se diz, e na vacuidade enunciativa, a posição singular que ele ocupa no emaranhado dos discursos num dado contexto sócio-histórico.

O acontecimento jornalístico emerge em uma cadeia narrativa, marcada fortemente pelos acontecimentos discursivos antecedentes em relação aos quais se situa, no campo da memória, e com os quais se relaciona, de forma a reordená-los e a redistribuí-los por meio de relações outras. O acontecimento no jornal define, naquilo que o antecede, sua própria filiação discursiva, relata o que escolhe como necessário, excluindo o que não se ajusta a ele. Além disso, confere ao passado *status* de veracidade, como algo que ocorreu “de fato”, tomado como

matéria a transformar, ou, mesmo, como objeto de que se pode falar. “Em relação a todas essas possibilidades de recorrência, a memória e o esquecimento, a redescoberta do sentido ou sua repressão, longe de serem leis fundamentais, não passam de figuras singulares” (FOUCAULT, 2002:143). Por fim, lembramos que as condições de emergência do acontecimento jornalístico estão, em maior ou menor grau, relacionadas ao interdiscurso, pois dele dependem os enunciados a serem rememorados, ou interditados via esquecimento.

Referências bibliográficas

- CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.
- KOCH, Ingedore Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2003.

- MACHADO, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Ed. Unicamp, 1998.
- MOURA, Maria Betânia. *Os nós da teia: desatando estratégias de faticidade jornalística*. São Paulo: Annablume, 2006.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio*. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e Texto: formação e circulação de sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.
- ROUANET, Sergio Paulo. Texto de Apresentação. In: FOUCAULT, Michel *et al.* *O homem e o discurso (A Arqueologia de Michel Foucault)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- TUCHMAN, Gaye. *Making News: a study in the construction of reality*. Nova York: Free Press, 1978.